



O EDUCADOR SOCIAL E SUA ATUAÇÃO NO ESPAÇO NÃO-ESCOLAR: APONTAMENTOS TEÓRICOS

Mírian Paloma Ferreira Gomes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/miriangomess@outlook.com

Maria Eliza Rocha Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/mariaelizarn@hotmail.com

Francisco Roberto Diniz Araújo

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte [/robertodinizaemd@hotmail.com](mailto:robertodinizaemd@hotmail.com)

Resumo: O objetivo deste artigo é expor mais conhecimento acerca do educador social, ressaltando o tamanho da sua importância para a educação não formal nos dias atuais, através dos espaços não escolares avaliando como sua participação é essencial. A pesquisa é de cunho bibliográfico, partindo de artigos sobre o assunto e analisando autores como Maria da Glória Gohn, e José Carlos Libâneo. Falar sobre educação e professor logo se imagina o ambiente de trabalho uma sala de aula onde seria o seu único local determinado, mas ainda é tratado como se fosse, no entanto, com as mudanças sociais e econômicas na sociedade os cursos de formação de professores aprimoraram seus currículos a compartilharam junto ao pedagogo novos estabelecimentos de atuação em menção as novas áreas distingue-se entre órgãos públicos e instituições filantrópicas, conseqüentemente o educador assume um papel de agente social envolvido pelas causas sociais principalmente as que envolvem crianças em situação de risco, seja pela saúde ou fator econômico e social, nesses casos o profissional deixa o perfil de pedagogo na escola e assume o papel de educador social nessa nova jornada de trabalho. Os novos espaços e seu novo perfil ainda estão sendo construindo e aceitado no meio social. Para os novos pedagogos essas novas áreas de atuação chamam a atenção e surge um interesse a mais, por ter mais ambientes diversificados onde não é somente o meio escolar propondo em novo perfil entender e participar das mudanças da sociedade, interferindo diretamente em causas pessoais em que precisam de mediação de um profissional amigo e um apoio institucional, podendo criar novas pessoas construídas interiormente e exteriormente.

PALAVRAS-CHAVES: Educador social, educação não formal, apontamentos teóricos.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo fazer apontamentos acerca do papel do educador social no espaço não escolar. Em meados da década de 80 viu-se a crescente institucionalização da escola formal, porém nesse intermédio a escola não formal dava seus passos para sua amplitude, mesmo que sem muita importância dada como mobilizações sociais com temas voltados para área rural, familiar e de educação básica, sendo assim, trilhando o caminho para um futuro reconhecimento.

Com as mudanças ocorridas no pensamento social surgiu a necessidade de um educador em espaços não convencionais a sua atuação, a escola não mais é a única instituição que pode emancipar o indivíduo na realidade tanto o meio social e como os espaços não escolares tem seus aspectos de formação crítica seja numa conversa informal, palestras e/ou oficinas. De fato, um conhecimento crítico não só academicamente falando, mas para a vida, deve acontecer com pessoas que contribuam para o seu redor. Vale ressaltar que a educação não formal não é, de forma alguma, a negação da educação formal, pelo contrário, entendemos que elas se complementam, originando práticas educativas que almejam garantir a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Tendo em vista o objetivo previamente pensado para o referido artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em torno do tema, como forma de obter maior ênfase na discussão atual da temática em meio à realidade que se tem vivenciado, sendo utilizadas fontes secundárias para contextualizar toda a pesquisa. A pesquisa bibliográfica é “[...] aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno” (GONÇALVES, 2001, p.65).

Ao decorrer do artigo estaremos discutindo sobre a educação não formal enfatizando seus aspectos e abordagens, refletindo sobre sua forma de atuar onde foca numa melhoria de comportamentos e personalidades das pessoas envolvidas na sociedade que não possuem um direcionamento social, mostrando sua importância na atualidade que corresponde a uma nova era da educação.

Educação não formal: aspectos e abordagens

Essa atuação da pedagogia em espaços não escolares ainda é muito nova pois foi consolidado nas últimas décadas do século XX com a função de auxiliar esses indivíduos excluídos a ter o seu lugar na sociedade. Para chegar ao educador social esse caminho foi trilhado de lutas em que desencadearam esse novo olhar na educação. O surgimento da pedagogia social aconteceu através do alto crescimento populacional e condições sociais divididas ao meio dessa população. Ao mesmo tempo em que aumentava os habitantes se incluía uma classe de pessoas sem condições econômicas então para se igualar as demais que estavam usufruindo de uma modernidade, na educação, no trabalho, e no meio social. Ficando assim sem voz, sem vez, sem ser enxergado. O intuito do educador social e das organizações voltadas ao trabalho de resgate da educação e

estímulos de esperança da criança e ao adolescente, para assim lhe dar oportunidades de viver melhor na sociedade.

A origem da Assistência Social, no Brasil, tem início na filantropia e solidariedade religiosa. No século XX, os sociais democratas brasileiros, e alguns membros socialistas, entendiam que o Estado deveria se responsabilizar em produzir serviços sociais de qualidade, ainda que com a vigência do sistema econômico capitalista.

A partir da Constituição de 1988 surge, em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - 8742/93, que passa a regulamentar o SUAS. A LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social n. 8.742, 1993), mais do que um texto legal, alude-se a um conjunto de ideias, concepções e direitos, introduzindo uma nova maneira de pensar a Assistência Social. O SUAS estabelece dois níveis de proteção social: básica – de caráter preventivo – e especial – quando ocorre violação de direitos. E dentro da Proteção Básica do SUAS se encontra o CRAS. Que em cada município deve identificar o (s) território (s) de vulnerabilidade social e nele (s) implantar um CRAS, de forma a aproximar os serviços dos usuários. O CRAS deve ser instalado próximo ao local de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade.

Trabalhar com o ser humano para promover conhecimento são barreiras constantes a serem superadas, em especial a do pedagogo em que sua valorização do profissional de educação é um fato que contribuem para a falta de vontade e acreditar que seu trabalho pode ir mais além, em todo o lugar que estiver sua atuação será um desafio, trabalhar com pessoas para a sua formação requer estímulos, experiência e saberes docentes. Profissão essa que faz o futuro de diversos profissionais.

Com a mudança da sociedade, o currículo da pedagogia também sofreu alterações. Atualmente seu profissionalismo pode se estender além da sala de aula, locais antes jamais imaginados, como o ambiente do CRAS (Centro de referência e assistência social), que trabalha com pessoas de diversas faixas etárias e situação econômica, cultural e social diferentes.

Ainda é um mistério essa atuação do pedagogo nos espaços não escolares, mas, a educação não formal se dá de várias práticas diferentes e em diversos ambientes, a presença de um educador nessas áreas se torna fundamental, porque em locais como o cras, que possuem pessoas que não tem estímulo de vida, a presença de um educador com seus ensinamentos pode mudar sua perspectiva de vida.

O pedagogo pode sim atuar fora do ambiente convencional, a sala de aula, quando conhece e quer executar novas formas de especificidades do seu espaço na profissão. De acordo com Libâneo:



O pedagogo é um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos, atendendo as demandas socioeducativas decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, mudanças nos ritmos de vida, a presença nos meios de comunicação e informação, dentre muitas áreas que requerem a contribuição do pedagogo. (LIBÂNEO, 1999, p. 30-31).

O pedagogo primeiramente ele tem que ter sentimentos para poder implantar um trabalho profundo nos alunos, amor pelo o que faz, amor pelo o que ensina. Assim com certeza a sua maneira de ensinar vai ser diferente, e por sua dimensão de meios para atuar, trazer esse profissional para o campo não escolar, em destaque para área do CRAS, é um desafio que vem sendo administrado de forma atraente e crescendo cada vez mais. Um local que se depara com indivíduos que já possuem pensamentos feitos e bastante experiências de vida, está no pedagogo implantar mais conhecimento em que possa melhorar o seu convívio social, dependendo de cada especificidade.

O educador social e suas áreas de atuação

Ao decorrer dos períodos evolucionários que constituíram nosso país a ênfase a problemática social foi retratada pelos “projetos sociais” desempenhados por instituições filantrópicas ou Organizações não governamentais, nesse intermédio se designa uma gama de profissionais que acompanham e formam esses indivíduos. Dentro desse contexto destacamos o educador social ou precisamente o profissional pedagogo.

A dinamicidade da área de atuação da pedagogia reflete necessariamente no quão tocante consegue lidar com as mais diversas realidades sociais existentes, partindo desse pressuposto observamos que além da sala de aula os educadores conquistaram outros espaços como as organizações não governamentais (ONGs), Hospitais, presídios e outros tantos locais que lidam diretamente com a fragilidade humana.

Salientando essa vivência dentro do ambiente hospitalar, o educador social atua nas alas pediátricas ou em salas de recreação dentro do próprio hospital, acompanhando dentro do contexto educacional o aluno que se encontra internado e que pelos devidos fins não conseguiria acompanhar o ano letivo em curso se dependesse de um ensino comum. Essa prestação de serviço não pondera somente a realidade do aprender, mas lida com outros fatores que influem conscientemente nesse desenvolvimento ressaltando seu próprio estado de saúde, estabilidade emocional e a perseverança da família como um todo. A pedagogia hospitalar é um desafio que contrapõe a didática e a

humanidade do profissional sobrepondo sua prática intermediada com os fatores que acentuam seu campo de trabalho.

A educação no sistema prisional não é um mero privilégio. Assegurado por lei a educação é um direito de todos e para todos, portanto quem vive recluso não poderia ser diferente apenas está incluído na Educação de Jovens e Adultos (EJA) obviamente regulado para os apenados. Essa educação visa promover expectativas ao futuro dos detentos, preparar o recluso para o sistema de reinserção na sociedade promovendo assim uma perspectiva de trabalho e conseqüentemente o afastamento do mundo ilícito. A educação penal é amparada pelo Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, assegura que:

- I - executar ações conjuntas e troca de informações entre órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal com atribuições nas áreas de educação e de execução penal;
- II - incentivar a elaboração de planos estaduais de educação para o sistema prisional, abrangendo metas e estratégias de formação educacional da população carcerária e dos profissionais envolvidos em sua implementação;
- III- Contribuir para a universalização da alfabetização e para a ampliação da oferta da educação no sistema prisional;
- IV - Fortalecer a integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos no sistema prisional;
- V - Promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação do ensino nos estabelecimentos penais;
- VI - Viabilizar as condições para a continuidade dos estudos dos egressos do sistema prisional.

Parágrafo único. Para o alcance dos objetivos previstos neste artigo serão adotadas as providências necessárias para assegurar os espaços físicos adequados às atividades educacionais, culturais e de formação profissional, e sua integração às demais atividades dos estabelecimentos penais (BRASIL, 2011, art 4º)

Quando nós voltamos ao Parágrafo Único percebemos o quão frágil é nosso sistema de reinserção social, apesar da existência do sistema de ensino assim como nas redes públicas de educação ocorre à falta de investimentos. Esses que possibilitariam a transformação almejada que configuraria realmente um sistema em que modificasse as ações do sujeito pelo simples fato de apresentar a educação como ferramenta reparável e integralizadora na sociedade.

Outro local de tamanha requisição de um educador social volta-se as Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalhem diretamente com crianças ou que de certo modo atenda não somente este indivíduo, mas seu núcleo familiar específico. Nesse espaço o profissional conta com a experiência e a criatividade para buscar o novo enfatizando de acordo com a atividade exercida pela ONG suas ações podendo trabalhar com recreação, reforço escolar ou até mesmo como profissional psicopedagogo.

A atuação do pedagogo no CRAS

Os centros de referência a assistência social são vinculados as secretarias de assistência social de cada município e esses órgãos presam a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais em determinados territórios. Tem como pretensão organizar, coordenar, e executar medidas de proteção social aos indivíduos que estão à mercê da sociedade. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são objetivos da proteção social básica, a prevenção de situação de risco por intermédio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sendo que, este nível de proteção é destinado a toda população que vive em situação de vulnerabilidade social em decorrência da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

O CRAS objetiva realizar atividades que contemplem aspectos de sua fragilidade, relacionando como um apoio educacional a desenvolvimento afetivo e reflexivo social. Sua maneira de atuação varia de acordo com cada região, mas o seu atendimento ocorre de forma integral e de acordo com sua situação familiar e comunitária.

Sua maneira de atuação entre aspectos distintos da necessidade dos indivíduos, faz da família carente uma meta que pretende conseguir mudar a realidade de acordo com os programas existentes na instituição. Abrangendo cada membro da família de acordo com a faixa etária e os problemas que se encontram.

De modo geral esses problemas enfrentados pelos núcleos familiares centram-se no uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, gravidez na adolescência, desemprego e tantos outros fatores que influenciam na fragilidade da proteção básica social.

Para estruturação do CRAS e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS são executados em dois eixos: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização.

A matricialidade sociofamiliar é um aspecto fundamental do SUAS que consiste em identificar locais que precisam de uma assistência familiar por conta de fatores como a miséria, depressão, desemprego, entre outros, então procura soluções para diminuir e melhorar as situações de vida pertencentes a essas pessoas. Buscando refletir no seu interior o ânimo e a vontade de se tornarem independentes e poder ter a autonomia para poder ascender socialmente e não se esconder por trás de nenhuma discriminação.

Segundo, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretária Nacional de Assistência Social, no seu manifesto de 2005, podemos destacar a seguinte citação sobre família:

O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não tem o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e lugar para a compreensão do conceito de família. (BRASIL,2005, p.41).

Em suma, por mais que esteja restrito a ciência explicando a geração que sucede uma família e a religião com os fundamentos de formação de um conjunto familiar, essa ação de família requer atitudes de constituir indivíduos pensantes e conscientes do que vão enfrentar no meio social, que interfiram na vida de seus filhos para eles escolherem o melhor para si e poder contribuir para a sociedade da melhor maneira possível.

O pedagogo no CRAS atua atendendo grupos de crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social, ociosidade e desestruturação familiar, buscando maneiras para dar apoio as causas que essas pessoas enfrentam através de atendimento específico na intenção de uma emancipação social. Investindo no ser humano para que através das capacidades conquistadas fortaleçam vínculos.

Então, os pedagogos juntamente com outros profissionais de diferentes áreas trabalham para que as pessoas debilitadas sejam estimuladas a se reencontrar no seu interior a autoestima perdida. A prática do educador social é para promover a socialização dos indivíduos em diversas faixas etárias.

Esse educador deve favorecer as interações sociais, construção de diálogos e de reflexos, momento de diversão e de troca de conhecimentos, valores e culturas. Nessa perspectiva, ele trabalha auxiliando na construção e na caminhada de cada indivíduo, não proporcionando uma simples forma de aquisição de conhecimentos prontos e inacabados. (ROMANS, PETRUS, TRILLA, 2003).

Para que o seu trabalho surja efeito deve procurar interagir com a realidade de cada um e assim promover reflexões que transformem sua maneira de ver o mundo e sua atuação como cidadã por meio de grupos socioeducativos e de convivência de diversas faixas etárias de idade. Para que possam adquirir ideias de oportunizar espaços de interação grupal, prática cidadã, criatividade, protagonismo, diálogo, respeito, solidariedade, comprometimento, autoestima, liderança e crescimento profissional.

O pedagogo no CRAS aborda assuntos importantes que pode ser trabalhado com os idosos, crianças e adolescentes, pois implicam temas como a alimentação saudável, higiene, prevenção às drogas, cidadania, entre outros. Dependendo de sua atuação vai fazer criar uma mentalidade diferente nos participantes e acreditarem que merecem respeito, dignidade, segurança, amor e dedicação.

Sempre tendo a atenção de distinguir os temas de acordo com cada idade, por isso a necessidade de dividir os grupos em situações de riscos, e outros que estão propícios a vulnerabilidade. O técnico deve ter suas práticas pedagógicas, sua maneira de agir e de pensar em concordância com suas atitudes, pois ele tem que se conscientizar que estará lidando com os problemas dos outros e tem que ser uma pessoa influente para ajudar as devidas pessoas, para isso precisa aceitar estar em constantes desafios, o pedagogo social não deve se abater e sim procurar aprender e reaprender para assim solucionar quaisquer questões.

Considerações finais

Através das fontes utilizadas na pesquisa podemos perceber a tamanha importância que o pedagogo que atua como educador social, já obtém nos espaços não escolares, atuando em áreas de risco e com pessoas que tem problemas que precisam de apoio humano e social.

Percebemos o quanto é escasso o seu reconhecimento, merecendo ser mais destacando para que também os futuros pedagogos se sintam interessados em atuar nos espaços não escolares que necessitam da visão e atuação desse profissional.

Reconhecemos as possibilidades da atuação do pedagogo nesses espaços, pois eles se caracterizam pela maior autonomia e flexibilidade de ações, podendo se constituir em espaços democráticos de participação política que articulam educação e cultura. São espaços onde o pedagogo pode repensar soluções inovadoras e eficazes que contribuam para a construção das identidades dos sujeitos envolvidos, assim como favorecer a luta pela superação de preconceitos e discriminações.

Dessa forma é importante enfatizar que a atuação pedagógica compreende não somente o ambiente escolar, mas adentra ao convívio da fragilidade humana tão aparente no meio social. O educador social lida diretamente com os receios de cada de cada usuário dos serviços onde o mesmo atua, o que torna ainda mais importante o lado humanitário aliado ao profissional. Realçamos que ser pedagogo é viver para emancipar os outros e nessa história quem educa socialmente tem a certeza do que lhe é concedido.

Referências

BRAGA, Priscila do Nascimento; SOUZA, Andréia Verçoza ; SILVA, Ana Carla do Vale; SILVA, Rosilene Ferreira Gonçalves. **A atuação do pedagogo no centro de referência da assistência social (CRAS)**. Pará, 25 de maio de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.626**, de 24 de novembro de 2011. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2016/Decreto/D7626.htm. Acesso em: 10 de nov de 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o sociativismo do terceiro setor. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversa sobre iniciação a pesquisa científica**. Ed. Alínea: Campinas, 2001.



LUCENA, Alessandra Rodrigues Garcia, **A Educação no Centro de Referência de Assistência Social: atuação do pedagogo**, Monografia apresentada no curso de Pedagogia do ISECC/CNEC Capivari, 11 de novembro de 2010.

NASCIMENTO, A.S; FERNANDES, F.T; FERREITA, M.J; PAIVA, R.A; LISBOA, R.R; MACIEL, R.S; MUNERON, S.L. **Atuação do pedagogo em espaços não escolares: desafios e possibilidades**. Pedagogia em Ação, v.2, n.1, p.1-103, fev/jun.2010 - Semanal.